

**RETÓRICA NA GRÉCIA ANTIGA:
CONTEXTO DE ORIGEM E QUESTIONAMENTOS**

Eduardo da Silva de Freitas (UFRJ)
eduardosfreitas@letras.ufrj.br

RESUMO

Este artigo contextualiza o debate surgido na década de 1980 a respeito da retórica antiga; apresenta um breve panorama do relato histórico do momento de aparecimento da disciplina. O texto se divide em quatro partes. Sua introdução menciona as linhas gerais das discussões da década de 1980. Em seguida, volta-se para a presença da eloquência nos poemas homéricos. Depois disso, aborda-se o momento de emergência da retórica na Sicília, detendo-se, sobretudo, no papel de Tísias e Corax. Por fim, menciona-se a contribuição de Górgias, a principal figura na história da disciplina antes de Aristóteles. Nos pontos da história aqui apresentados, anotam-se as versões tradicionais e registram-se os redirecionamentos de interpretação provocados pelos debates que começaram no fim do século XX.

Palavras-chave:

História. Retórica. Grécia Antiga.

ABSTRACT

This paper contextualizes the debate that emerged in the 1980s about ancient rhetoric and presents a brief overview of the historical account at the time of the discipline's emergence. The text is divided into four parts. Its introduction mentions the general lines of discussions in the 1980s. Next, it turns to the presence of eloquence in Homeric poems. After that, it addresses the moment of emergence of rhetoric in Sicily, focusing mainly on the role of Tisias and Corax. Finally, it mentions the contribution of Gorgias, the main figure in the history of the discipline before Aristotle. In the points of history presented here, the traditional versions are noted, and the redirections of interpretation provoked by the debates that began at the end of the 20th century are recorded.

Keywords:

History. Rhetoric. Ancient Greece.

1. Introdução

A década de 1980 assistiu a uma reedição do debate sobre a forma de se entender a retórica na Antiguidade que impactou os estudos produzidos nos anos subsequentes sobre o assunto. A julgar pelos pressupostos evocados por alguns dos textos, é possível dizer que as discussões se desenvolveram como uma espécie de desdobramento dos problemas colocados pela crítica de Heidegger à metafísica e pelas reflexões a respeito da linguagem lançadas por autores como Kenneth Burke, Jacques Derri-

da e Michel Foucault. Dessa forma, o revisionismo em questão liga-se ao debate instalado pela filosofia do século XX em torno da linguagem, da realidade e da ficção.

Um dos pontos centrais das discussões consistiu em combater os juízos negativos formulados por Platão e Aristóteles sobre a retórica. Há uma tentativa de, se não reabilitar, ao menos de propor outra imagem dos sofistas e da disciplina. Preocupação correlata foi a tentativa de reconstrução das ideias e posicionamentos, segundo nos termos propostos pelos próprios sofistas. É possível identificar três encaminhamentos dos debates: (a) a elaboração de uma definição da disciplina em termos mais positivos, esquivos à pecha imposta por Platão e Aristóteles; (b) a busca pela recuperação do horizonte epistemológico e das tensões com que os sofistas lidavam, situando-a no conjunto das ideias e das práticas sociais do momento em que emergiram; (3) e a revisão do relato tradicional sobre a história da retórica.

Tente-se uma caracterização sucinta desse quadro. John Poulakos, uma das figuras proeminentes nessa revisão, desenvolveu o primeiro encaminhamento em “Toward a sophistic definition of rhetoric”. O artigo opera a denúncia da prevalência da interpretação de Platão e Aristóteles sobre os sofistas e formula uma compreensão simpática deste grupo de pensadores e de sua atividade. Já no início do texto, o autor propõe “uma definição ‘sofística’ da retórica” (POULAKOS, 1983, p. 35), em que a compreende como “a arte que procura capturar nos momentos oportunos o que é apropriado e tenta sugerir aquilo que é possível” (POULAKOS, 1983, p. 36). Recusando a inscrição platônica que submete de modo imediato a disciplina a conceitos absolutos de verdade e moral, seu modo de caracterizar a retórica privilegia algumas ideias caras aos sofistas – o momento oportuno (*kairos*), o que é adequado (*toprepon*) – e considera as camadas lógica e ética dos interesses retóricos.

Esse conceito é solidário a certa reconsideração do papel desempenhado pelos sofistas no quadro das reflexões sobre as formas de entender o mundo e a verdade, na Grécia do século V a.C. No século XIX, Hegel aparentemente tentou executar um movimento naquela direção, mas sua caracterização da sofística foi considerada insuficiente para o propósito segundo o mesmo John Poulakos. Em artigo sobre a recepção hegeliana dos sofistas, o estudioso observava que ela “não tanto reabilita os sofistas quanto os transforma em filósofos” (POULAKOS, 1990, p. 161). Ele demonstra que Hegel desconsidera a visão dos sofistas sobre o que faziam e acaba por integrá-los na história da filosofia, orientada de

acordo com sua ideia de que a história humana consiste no desenvolvimento do espírito. Para Hegel, os sofistas são “filósofos especulativos”. Para Poulakos, se Hegel teria tido, por um lado, o mérito de afrontar a interpretação platônica ao valorizar os sofistas, por outro lado, ele não teria observado que esses pensadores insistiam em se diferenciar dos filósofos, com quem competiam no que diz respeito à visão de mundo, à relação do homem com a verdade, ao papel da educação e aos modos de ensinar.

John Poulakos explica que a posição de destaque dos sofistas ligava-se, não ao fato de que “desenvolveram brilhantes doutrinas filosóficas”, senão à circunstância de que se comprometiam em “formar ‘falantes inteligentes, numa cultura em que ser um falante inteligente era de suma importância” (POULAKOS, 1990, p. 164). Seus pensamentos e atividades orientavam-se no sentido da participação na vida prática, de forma que “conhecimento dos universais, certeza ou a verdade simplesmente não era parte do que os sofistas prometiam” (POULAKOS, 1990, p. 166).

Em outro lugar, Poulakos (2008) contextualiza a atuação dos sofistas considerando a inserção destes homens na sociedade, as circunstâncias em que atuavam e como se relacionavam com o conjunto de prática e valores largamente manifestos na vida cultural grega. Sumarizando-se o teor daquelas páginas, pode-se dizer que Poulakos não só articula a educação oferecida pelos sofistas com a ideia, difundida na democracia grega, de que a persuasão é capaz reger a vida social e resolver conflitos, como também aponta que se, por um lado, a condição de estrangeiros e nômades desses intelectuais abria-lhes uma perspectiva menos dogmática do homem e da sociedade, ao mesmo tempo suscitava desconfiança em comunidades tão conservadoras como eram as cidades-estados gregas. A isso, soma-se o fato de que os sofistas canalizavam, em suas atividades, certa índole agonística e certas impatias pela exposição espetacular, características das manifestações culturais gregas e presentes, por exemplo, nas práticas das instituições políticas e judiciárias, bem como nas representações teatrais.

Edward Schiappa foi outro estudioso que se interessou por compreender o horizonte sociocultural em que os sofistas e a retórica por eles ensinada se projeta. Seu polêmico artigo “*Did Plato coin rhetorike?*” sustenta a hipótese de que o termo *rhetorike* foi cunhado por Platão. Ele considera que: (a) não há registros da palavra nos textos do século V e de inícios do século IV a.C.; (b) no *Górgias*, o emprego da palavra é novo; (c) e que Platão tinha inclinação para cunhar palavras com o sufixo *-ike*

(Cf. SCHIAPPA, 1990, p. 457). Como o artigo se deteve mais francamente em trazer argumentos para defender a provável ideia da invenção platônica, ficou marginalizada a importante observação de que a definição da disciplina com que se tem operado corresponde à interpretação de Platão, que está em evidente oposição com as ideias do próprio Górgias e de Isócrates.

Retomando o ponto em *The beginnings of rhetorical theory in classical Greece*, o autor delinea melhor a importância do aparecimento ou difusão da palavra e projeta luzes tanto sobre os embates entre filósofos e sofistas quanto sobre as tensões relativas às buscas pela verdade e pelo prestígio social. Acunhagem ou expansão de uso da palavra com Platão representaria um divisor de águas na história da disciplina, porque antes disso “não havia uma linha nítida entre a meta de buscar o sucesso e a de buscar a verdade” (SCHIAPPA, 1999, p. 23). Dessa forma, a terminologia teria instaurado uma distinção entre retórica e filosofia como disciplinas diferentes. Explicando a possível intenção por trás da distinção, Schiappa acrescenta, mais adiante, que o emprego da palavra *rhetorike* por Platão – seja ela invenção sua ou não – era “parte de um esforço para limitar o escopo e a popularidade do tipo de ensino sofístico, particularmente aquele de seu rival, Isócrates” (SCHIAPPA, 1999, p. 27).

Pode-se notar que John Poulakos e Edward Schiappa empenham-se em propor um sentido contextualizado para as questões envolvendo sofística, retórica e filosofia. No entanto, é preciso fazer duas observações, antes de se avançar. Em primeiro lugar, não foram eles os únicos a refletir sobre a inserção sociocultural da sofística e da retórica no século V a.C. A menção a John Poulakos e Edward Schiappas e deve ao fato de que são suficientemente representativos para o esboço aqui proposto.

Além disso, é necessário notar que, embora as considerações desses autores militem em favor de uma revisão da sofística e da retórica em termos mais favoráveis, os autores não partilham os mesmos propósitos e métodos. Colocando-se uma preocupação mais imediata, Poulakos recorreu aos textos antigos com o intuito de inseri-los nas discussões contemporâneas relativas à linguagem e à verdade, ao passo que Schiappa serviu-se de pressupostos teóricos contemporâneos para propor uma reconstrução do horizonte cultural em que retórica e sofística se inseriam. De fato, Schiappa questiona o anacronismo presente na ideia de uma “retórica sofística” e considera que “o rótulo de sofística (*sophistic-anything*) pode ser mais ilusório do que útil (*more misleading than useful*)” (SCHIAPPA, 1991, p. 10). Para ele, não há uma “ideologia consistente” distin-

tiva dos sofistas e defende que certos predicados que eles carregavam poderiam ser atribuídos a outros pensadores do século V a.C. (SCHIAPPA, 1991, p. 10). Por outro lado, Schiappa toma emprestada a Kenneth Burke a ideia de que a “linguagem intitula a realidade” (SCHIAPPA, 1999, p. 23), para defender a importância do emprego da palavra *rhetorike* de Platão em diante.

O fato, porém, é que os pontos de vista levantados nesses debates resultaram numa espécie de modalização do entendimento da história da disciplina. Essa postura se traduziu na adoção de uma perspectiva crítica com relação às opiniões e dados colhidos nas fontes antigas, sobretudo quanto à época de formação da retórica e quanto aos juízos de Platão e de Aristóteles. A identificação dos pontos centrais do “relato padrão” já foi apresentada por Schiappa (1999, p. 3-13). Nas páginas seguintes, será feito um brevíssimo panorama dos momentos iniciais da história da disciplina, conjugando-o com certas ideias revisionistas. O esboço que se apresentará como ponto de partida a representação da fala pública nos textos homéricos até Górgias, isto é, da fase de constituição da retórica enquanto disciplina. Serão apontadas as linhas gerais do relato e alguns dos pontos submetidos à reinterpretação.

2. *A eloquência em Homero*

Os gregos já cultivavam certo apreço pela eloquência mesmo antes da formalização do ensino sistematizado da elaboração de discursos. Os poemas homéricos dão testemunho dessa disposição: neles, se encontram manifestações de discursos públicos e privados, seja entre os mortais, seja entre os deuses. A representação poética valoriza a capacidade de se expressar e de argumentar como uma virtude e, de modo geral, as personagens épicas mais proeminentes são dotadas dessa capacidade num nível superior. Nos poemas, as ocasiões privilegiadas para o desempenho oratório são as reuniões na ágora, os concílios de heróis e de deuses, além das embaixadas.

Na “*Ilíada*”, algumas personagens se destacam por desempenharem a oratória. Nestor e Odisseu sobressaem pela capacidade de organizar bem seus argumentos e de captar as forças atuantes entre os interlocutores, quando tomam a palavra. Ambos exercem papel de conselheiros e mediadores; e suas palavras são sempre elogiadas, embora nem sempre seguidas. No canto 1, Nestor tenta apaziguar a desavença entre Agamêmnon e Aquiles. Sua “fala mais doce que o mel” (*Il.*, 1, 249) pede que

as partes cedam e sugere a conciliação. Ele pede que Agamêmnon não tome Briseida para si e que Aquiles não afronte o rei mais poderoso (*Il.*, 1, 275-284). Mesmo não acatadas, as palavras do ancião são ouvidas com respeito. Mais tarde, depois de perceber o engano em que Zeus o colhera e o acerto da avaliação de Nestor, Agamêmnon reconhece que o ancião estava certo e acata a recomendação dele para enviar uma embaixada e presentes a Aquiles (*Il.*, 9, 113).

A delegação enviada por Agamêmnon é formada por Odisseu, Fênix e Ajax para convencer o herói. Na cena da embaixada, as falas de Odisseu e Fênix são outros exemplos de discursos persuasivos. Mais lógica, a ponderação do primeiro (*Il.*, 9, 225-306) tenta convencer Aquiles, apontando que o herói não estava seguindo as orientações paternas e que receberia grandes recompensas, se aceitasse seguir Agamêmnon. Fênix (*Il.*, 9, 434-605), recorre aos laços de afetividade que o ligavam a Aquiles e cita o exemplo de Meleagro, que, tendo-se retirado da guerra contra os curetes, voltou apenas quando este últimos estavam prestes a dominar a cidade, já com quase tudo destruído e sofrendo com isso grandes perdas. No fim, eles não convencem o herói, que replica nos termos estabelecidos por cada interlocutor: à lógica de Odisseu contrapõe o agravo de Agamêmnon (*Il.*, 9, 308-429); diante do apelo de Fênix, lembra-lhe que, pelos vínculos que os uniam, este deveria apoiá-lo e não tomar o partido de Agamêmnon (*Il.*, 9, 607-19).

As cenas de discussão em conselhos e o episódio da embaixada no canto 9 – ao qual poderia ser acrescentada a cena da embaixada de Príamo no canto 24 – testemunham a prevalência das falas persuasivas de caráter deliberativo, que, aliás, não raro, são carregadas de hostilidade. Assim é a famosa alteração entre Agamêmnon e Aquiles (*Il.*, 1, 121-303), diante da assembleia dos gregos, a respeito da redistribuição do espólio e da usurpação de Briseida. A rispidez das falas e a troca de ofensas indicam uma antiga familiaridade dos gregos com discussões acaloradas, bem anterior às reformas institucionais promovidas pela implantação da democracia no século V e do desenvolvimento da *erística* como técnica argumentativa. Como observa George A. Kennedy (1999, p. 6), nos poemas homéricos, “raiva, retaliação e ataques pessoais eram aceitáveis em público”. Esse traço é reforçado, no canto 2, pelas ofensas de Tércites a Agamêmnon (*Il.*, 2, 211-77). Por outro lado, a interferência de Odisseu na ocasião, agredindo fisicamente o primeiro, marca a hierarquia da sociedade representada por Homero, em contraste com as práticas no ambiente da democracia que se instauraria posteriormente.

Na *Odisseia*, as cenas de concílios estão reservadas aos deuses. Por duas vezes, Atena apela a Zeus para que providencie o retorno de Odisseu a casa (*Od.*, 1, 45-79; 5, 7-20). Suas palavras são recebidas como sinal de acinte, mas Zeus acata os pedidos da deusa. Apenas no canto 2, quando Telêmaco convoca os pretendentes de Penélope para pedir que cessem de dilapidar seu patrimônio e deixem o palácio, é possível ver uma discussão na ágora (*Od.*, 2, 40-256). O inusitado da reunião, aliás, é referido por Egípcio, pai de um dos assediadores de Penélope (*Od.*, 2, 25-8).

Dos poemas homéricos, emerge uma ideia de que a oratória é decorrente do engenho ou da experiência das personagens, não fruto de um modo de instrução bem definido. Fênix declara ter ensinado Aquiles a ser um orador (*Il.*, 9, 443), capaz de falar na ágora. No entanto, os dois grandes oradores são Nestor, um experiente rei e comandante de tropas, e Odisseu, cuja astúcia supera a dos demais personagens dos poemas.

Apesar de certa ideia de eloquência estar presente ao longo do texto, é difícil aquilatar o papel desempenhado pelos poemas homéricos no desenvolvimento do ensino da oratória. A tradição mais consolidada não vê qualquer vínculo entre os poemas e sua possível influência sobre a disciplina. Assume-se a ideia de que a retórica nasceu na Sicília no século V a.C. e foi levada à Atenas por Górgias, sem qualquer influência dos textos homéricos. Para Friedrich Blass (1868, p. 4), a retórica só começou “quando se constituiu o primeiro professor e foi criado o primeiro discurso de forma artística”, de forma que a história da eloquência só teria começado com Górgias. Os eventos anteriores a isso contam somente a título de preparação.

O mesmo entendimento disciplina pode ser encontrado nos relatos de George Grote, Octave Navarre e Wilhelm Kroll, cujos textos estão entre as principais referências sobre a história da retórica. Grote propõe que a tragédia teria operado a transição para a retórica, a dialética e a filosofia moral, na medida em que abrigava a representação de posições diferentes, inconstantes e conflitantes (Cf. GROTE, 2010 [1850]). Não se aventa a possibilidade da influência dos poemas homéricos sobre a retórica. O ponto de vista de Navarre (1900, p. 73) é o de que a eloquência grega se manteve a mesma de Homero a Heródoto, só tendo sofrido alterações com a intervenção da dialéticanos temos dos sofistas: ela teria criado uma prosa disciplinada, elaborado um conjunto de ideias gerais e estabelecido práticas de análise das ideias (Cf. NAVARRE, 1900). Sobre a épi-ca, Navarre passa em silêncio. Por fim, o texto de Kroll para a *Real-*

Encyclopädie segue o laconismo de Grote. Sem mencionar os poemas homéricos, apenas localiza o início da disciplina na Sicília no século V a.C. À diferença de Grote e Navarre, porém, Kroll adota a tradição segundo a qual os precursores da retórica são Tísias e Corax, não Empédocles.

A questão da eventual influência homérica foi levantada nos debates recentes sobre a disciplina. Por motivo de espaço, serão abordadas aqui apenas as considerações de Thomas Cole e Richard Leo Enos. O primeiro, que define a retórica como “uma manipulação autoconsciente, por um falante ou escritor, do seu meio [de comunicação]” com vistas a assegurar a recepção mais favorável possível a sua mensagem (COLE, 1991a, p. X) sustenta que, sob essa forma, a retórica é um “fenômeno típico do quarto século” (COLE, 1991a, p. X). Platão e Aristóteles teriam sido os mais antigos autores a reconhecer a existência dela. A ideia de eloquência que emerge dos poemas homéricos seria “pré-retórica” e as visões sobre a eloquência, “aretóricas”. Note-se que essa interpretação acomoda-se à teoria de Eric Havelock, que vê na escrita uma tecnologia que alterou profundamente a cultura dos gregos entre os séculos VIII e IV a.C., tirando-a de uma condição predominantemente oral, para uma essencialmente baseada na escrita. Para Cole, a retórica é consequência da circulação de textos escritos, que teria originado especulações de natureza mais abstrata e um investimento sobre o material linguístico, considerados impossíveis, da perspectiva de Cole, numa cultura oralizada. Como os poemas homéricos representam uma situação prévia ao ambiente da escrita, não poderiam ter sido relevantes no desenvolvimento da disciplina.

Semelhantemente a Cole, Richard Leo Enos reconhece a importância da escrita para o desenvolvimento da retórica. No entanto, sua interpretação, recuando os efeitos desse fator no tempo, mostra-se menos conservadora do que a de Cole. Enos considera que “sistemas de expressão escrita estavam em operação e formando os discursos antes de a retórica ter emergido como uma disciplina popular” (ENOS, 1995, p. X). O autor ressalta que a forma escrita dos poemas homéricos surgiu na segunda metade do século VIII a.C., sinalizando o final do período da literatura verdadeiramente oral; e acrescenta que, no final do século seguinte, os discursos pensados para expressão oral estavam sendo substituídos por textos escritos. Para Enos, a “*Ilíada*” e a “*Odisseia*” representariam os primeiros passos importantes para a história da escrita e da retórica (Cf. ENOS, 1993).

Um ponto importante da teoria de Enos é que ele vê na prática dos rapsodos um elo entre Homero e a retórica sistematizada que emergiu séculos depois na Atenas do período clássico (Cf. ENOS, 1993). Assumindo a tarefa de preservar os poemas homéricos, os rapsodos estabilizaram o texto, recorrendo à escrita como ajuda às apresentações orais (Cf. ENOS, 1993). Para Enos, “os esforços dos rapsodos para preservar a natureza oral dos poemas homéricos (...) justificam a associação deles com a história da retórica” (ENOS, 1993, p. 22), mesmo que se entenda que essa seja apenas uma etapa da evolução da disciplina antes de Corax e Tísias.

3. A emergência da retórica

Os relatos sobre história da retórica partilham a ideia de que a disciplina despontou na Sicília, em meados do século V a.C., fruto das transformações políticas e sociais ali ocorridas. No panorama que Diodoro da Sicília apresenta dos eventos do período na ilha, é possível perceber dois movimentos correlatos. Por volta de 472 a.C., as tiranias vigentes na ilha começaram a ser depostas, cedendo lugar a governos democráticos. Nesse processo, os antigos habitantes expulsos de suas cidades pelos tiranos buscaram reaver suas propriedades e perseguiram os que delas tinham-se apossado (*Diod. Sic.*, 11, 76). A situação teria sido resolvida apenas quando houve a distribuição de terras entre os cidadãos e a acomodação dos que haviam recebido as terras dos tiranos.

A retórica emergiu no contexto destes amplos movimentos da sociedade e a tradição preserva duas versões sobre quem teria fundado a disciplina: uma delas concede esse papel a Empédocles; outra o atribui a Corax e Tísias. Pelo resumo biográfico feito por Diógenes Laércio (8, 51-77), é possível perceber que Empédocles foi figura influente nas transformações sociais da ilha. Nesse sentido, teria empregado sua capacidade oratória política e praticado sua atividade de ensino nesse âmbito. Não teria promovido grandes formulações teóricas, mas se apoiado em sua experiência (Cf. NAVARRE, 1900).

Segundo a outra versão, Corax e Tísias estariam envolvidos com os processos judiciais surgidos em virtude das disputas pela posse das terras desapropriadas pelos tiranos. Sua esfera de atuação seria a oratória judicial e o nome deles está relacionado com as primeiras teorizações da disciplina. Seu legado teria consistido em ter estabelecido as linhas gerais das partes do discurso judiciário – proêmio (*prooimion*), narração (*diege-*

sis), a argumentação (*agon*) o epílogo (*epilogos*) – em ter elaborado uma arte retórica (*techne*), na qual se define a retórica como “artífice da persuasão” (*peithous demiourgos*), e em ter formulado considerações sobre o verossímil (*eikos*). Como os princípios da disciplina se deram no âmbito da oratória judicial, aceita-se mais amplamente a ideia de que eles teriam sido os fundadores da retórica.

Desse legado, a divisão das partes do discurso é a de caracterização menos problemática. Ao próêmio reserva-se a função de captar a boa disposição dos ouvintes para a causa; à narrativa, a de conferir credibilidade; à argumentação, o papel de provar o que se defende; ao epílogo, a tarefa de resumir e relembrar os fatos. A definição da retórica também não é tão problemática, aceitando-se os termos apresentados no “Górgias”, entendendo-se que a retórica, como “artífice da persuasão”, não estaria preocupada com questões de ordem moral (Pl., *Grg.*, 455a).

A reconstrução da teoria do verossímil é mais sinuosa. A compreensão tradicional se assenta, sobretudo, nas opiniões de Platão e Aristóteles, que abordam o ponto a partir de um mesmo exemplo, mas trazendo formulações diferentes. No “Fedro”, Platão critica a teoria por pressupor que ela se sustenta na mera veiculação da mentira. O filósofo liga o caso a Tísias e o apresenta da seguinte forma (Pl., *Phdr.*, 273b): um homem fraco, mas corajoso, assalta um homem forte, mas covarde; levado diante da Justiça, nenhum deles afirma a verdade, mas mente para ganhar a causa. O forte haveria de dizer ter sido atacado por mais de um assaltante; o fraco haveria de insistir em que estavam sós e em que não seria capaz de atacar alguém tão forte quanto seu adversário. Na *Retórica*, Aristóteles aborda o exemplo, imputando-o a Corax, para diferenciar o que é absolutamente verossímil (*haploseikos*) do verossímil relativo (*tieikos*). Um homem fraco acusado de ter cometido violência contra alguém mais forte haveria de alegar que, por ser fraco, não seria capaz perpetrar o crime; um homem forte, acusado de agredir alguém, haveria de alegar que não exerceria violência, porque as suspeitas haveriam de recair sobre si (Arist., *Rh.*, 1402a).

Tanto em Platão quanto em Aristóteles, ressuma uma preocupação moral relativa à teoria do verossímil. Platão (*Phdr.*, 267a-b) fala do verossímil como recurso do orador para transformar, aos olhos do ouvinte, o grande em pequeno, e vice-versa. Aristóteles (*Rh.*, 1402a) reconhece no expediente uma possibilidade de fortalecer um argumento fraco.

Pelo menos desde o século XIX, a crítica tem estado prevenida contra esse tipo de juízo emitido pelos filósofos. No caso de Corax e Tí-

sias, algumas reconsiderações tratam dos pontos mencionados acima. A observação de certas inconsistências entre o relato estabelecido pelas fontes bizantinas sobre Corax e Tísias, base das versões modernas, e os escassos testemunhos legados pelos antigos levou Thomas Cole a suspeitar da existência de Corax. Para ele, Corax seria um apelido de Tísiase, afinal, seriam a mesma pessoa (Cf. COLE, 1991b). No mesmo sentido, Michel Gagarin acredita que o fato de Platão e Aristóteles referirem o exemplo sobre o verossímil a personagens diferentes “não inspira confiança” (GAGARIN, 2007, p. 30) no fato de que se trataria de duas figuras distintas.

Quanto ao verossímil, Michel Gagarin atribui às formulações de Tísiassobre assunto a responsabilidade por seu renome. Explorando a versão presente na *Retórica*, Gagarin nota que Aristóteles não indica quem teria cometido o crime, nem propõe uma caracterização da índole dos envolvidos, mas só se refere à constituição física deles. Ao invocar sua fraqueza para a defesa, o fraco recorre a um argumento de probabilidade mais simples. O mais forte, ao alegar que não teria cometido o crime, porque todos provavelmente haveriam de acusá-lo, reverte o argumento “ilustrando perfeitamente o ponto de Aristóteles de que o provável, às vezes, não é provável” (GAGARIN, 2007, p. 32). Gagarin defende que o procedimento de reversão da verossimilhança teria sido a grande contribuição de Tísias para a disciplina, aquela que lhe teria valido a fama de ter sido o inventor da retórica.

O autor procura ainda caracterizar a natureza da atividade de Tísias pela análise de uma anedota envolvendo os nomes de Corax e Tísias e a técnica de falar sobre os dois lados de uma causa. Vale dizer que, em outra versão, a mesma narrativa trata de Protágoras e de certo discípulo chamado Euatlo (*Diog. Laert.*, 9, 56). Além disso, o ensino da referida técnica está associada ao mesmo Protágoras. Acrescente-se que Gagarin adapta a versão de Sexto Empírico, que não menciona o nome de Tísias. Segundo a anedota, depois de ter ensinado a arte da palavra a Tísias, Corax solicitou-lhe o pagamento devido. Tendo o caso sido levado à justiça, Corax teria alegado que deveria receber em caso de vitória ou de derrota: na vitória, por ter vencido a causa; na derrota, por constar, no acordo feito entre eles, que Tísias deveria pagar ao vencer seu primeiro caso. O mesmo raciocínio teria sido empregado por Tísias para se defender: se vencesse, não precisaria pagar por ter vencido a causa, se perdesse não teria de pagar por não ter ganho sua primeira causa.

Do ponto de vista de Gagarin, o valor desse tipo de anedota, assim como o do exemplo do homem forte e do fraco, não consiste em apontar para a eventual forma de treinamento desse tipo de ensino. Esses relatos seriam meras anedotas desconectadas de situações concretas. No entanto, considerando-se o teor dessas narrativas, seria possível supor que Tísias estaria interessado em desenvolver técnicas para reverter argumentos (Cf. GAGARIN, 2007). Assim, invertendo o pensamento de Platão, que vê em Tísias apenas um defensor da mentira, Gagarin caracteriza o fundador da retórica como um especulador no campo das técnicas de persuasão.

4. *Górgias*

Sem que se possa tratar mais amplamente do movimento sofístico na Grécia, basta o que ficou dito na introdução e aborde-se apenas a figura de maior relevo para a disciplina antes de Aristóteles: Górgias. Igualmente oriundo da Sicília, da cidade de Leontinos (atual Lentini), ele ganhou notoriedade em Atenas, para onde foi em 427 a.C. como embaixador. Seu objetivo era convencer a cidade a tomar parte na guerra em favor de Leontinos contra Siracusa. No entanto, sua atuação foi bem intensa e grande foi seu sucesso junto aos atenienses. Embora não se possa determinar exatamente as datas que balizam sua vida, a tradição diz que viveu mais de cem anos. Essa longevidade, aliada ao sucesso de sua atividade de ensino, permitiu que influísse em figuras de gerações distintas como Tucídides e Isócrates, que constam entre seus discípulos.

Dos escritos de Górgias que chegaram até nossos dias e das notícias sobre os que se perderam, vê-se que seu método de ensino foi diferente do relacionado com o nome de Tísias. Enquanto a proposta de ensino deste último prendeu-se ao estudo das partes do discurso e das técnicas de argumentação, a metodologia de Górgiasteria consistiu num treino prático, em que o aprendiz memorizava e representava um texto escrito (Arist., *Soph. el.*, 183b) e estudava os lugares-comuns dos discursos (*koinotopoi, communes loci*).

Atualmente, reconhecem-se como pertencentes a Górgias dois discursos completos, o “Elogio de Helena” e a “Defesa de Palamedes”, aos quais se soma um fragmento da “Oração fúnebre”. Há, também, notícias de um conjunto de discursos perdidos, quais sejam: “Discurso olímpico”, “Discurso Pítico”, “Elogio de Aquiles”, “Elogio dos cidadãos de Élis”. Menciona-se, ainda, uma *Arte retórica*, de existência incerta, e o *Tratado sobre o não-ser ou Sobre a natureza*.

Costuma-se atribuir a Górgias um papel decisivo para prosa artística em grego. Narrave entende que Górgias transpôs para sua prosa os recursos presentes na poesia lírica. Em Simonides e Píndaro, teria colhido os assuntos e lugares-comuns de seus discursos, suprimindo, com a abundância de figuras de estilo, a falta do metro e a musicalidade da poesia (Cf. NAVARRE, 1900). Sua prosa teria assumido um ritmo não encontrado em Heródoto; sua frase teria realizado um grande progresso em comparação com a frase “amorfa e inorgânica” do historiador (NAVARRE, 1900, p. 112-13).

Esse avanço teria ocorrido justamente pelo largo emprego das figuras de linguagem. O repertório incluía uso de palavras compostas, vocábulos raros e arcaicos, empréstimos, glosas, epítetos e metáforas, mas se destacavam especialmente aquelas construções que ficaram conhecidas como as “figuras gorgiânicas”: antíteses, isócolons, assonâncias, aliterações, paronomásias e repetição de palavra.

A respeito dessas últimas, observa John Charles Robertson (1893, p. 27) que tanto os críticos antigos quanto os modernos têm-nas associado a um “estilo polido e florido”, que deixa a frase ritmada, mas que “contribuem mais para o prazer do que para a sinceridade e a gravidade”. Insistindo na relação entre abundância de figuras e carência de ideias, Eduard Norden afirma que “os pensamentos [de Górgias] eram exagerados e pouco naturais, assim como o estilo” (NORDEN, 1995 [1915], p. 68).

Aponta-se, ainda, uma forte relação de Górgias com o gênero epidítico, apesar de Platão vincular sua atividade de ensino com os discursos deliberativo e judiciário (Pl., *Grg.*, 454b). Essa perspectiva deriva, em parte, da grande quantidade de recursos de estilo empregados por Górgias e da natureza lendária dos assuntos tratados em seus textos, que não se ajustam às práticas das assembleias e dos fóruns. Essas características, associadas ao prazer e ao virtuosismo poético, contribuem para a inclusão dos textos no gênero epidítico.

Pelo cruzamento dessas ideias, a tradição compôs uma imagem de Górgias, em que se reconhece sua importância por ter impulsionado a construção da prosa artística grega e se lamentamos excessos que o autor teria cometido neste campo. Blass fala em Górgias como o primeiro mestre do gênero epidítico, mas que “empregou ornamento poético em excesso” (BLASS, 1868, p. 59). Navarre entende que Górgias enriqueceu a língua grega com formas que permitiam a ela exprimir ideias abstratas e

morais, mas que a influência que “ele exerceu vale incomparavelmente mais do que sua obra” (NAVARRE, 1990, p. 119).

Essa apreciação foi reexaminada, nos termos da recente rediscussão disciplinar. Uma aproximação das ideias desse redirecionamento pode ser feita pela abordagem dos textos supérstites, especialmente do “Elogio de Helena”, de onde se costuma colher os argumentos que sustentam esses novos pontos de vista. Pode ser proveitoso fornecer um resumo desse discurso e da “Defesa de Palamedes” – aqui referidos conforme a edição de Mario Untersteiner –, para se compreender melhor o teor das alegações recentes.

O “Elogio de Helena” apresenta-se como um discurso para defender Helena contra as críticas feitas a ela por sua ida para Troia com Páris. O núcleo da alegação consiste em dizer que ela foi levada de Esparta por alguma forma de coação. Górgias identifica quatro possibilidades: ele teria sido vítima de uma decisão divina, da força, das palavras ou da paixão (Gorg., *Hel.*, 6). Contra nenhuma das formas haveria defesa para Helena e, por isso, não deveria ser difamada. Se foram os deuses que decidiram sobre sua vida, não haveria como contrariá-los, porque o homem é mais fraco do que os deuses. No caso de ter sido levada à força, sua condição seria a de vítima de um ato ultrajante e ilegal (Gorg., *Hel.*, 7). Se cedeu à persuasão, também foi vítima, porque o discurso é capaz de afetar as almas; embora a força da persuasão não se confunda com a força da necessidade, ela tem poder igual, porque constrange a alma a crer no que se diz e concordar com o que se faz (Gorg., *Hel.*, 12). Por fim, se Helena foi tomada pelo desejo por Páris, estaria, igualmente, sob a influência de uma força poderosa e irresistível (Gorg., *Hel.*, 19).

Na “Defesa de Palamedes”, Górgias construiu um discurso em que Palamedes defende de uma acusação de traição feita por Odisseu. A argumentação empreende uma análise da verossimilhança da própria acusação e pode ser dividida em cinco partes: uma introdução (1-5), a refutação direta da acusação (6-21), uma crítica ao acusador (22-27), uma menção aos juízes (28-36) e a conclusão (37). Após a breve introdução, em que representa a fragilidade de sua posição, Palamedes argumenta que não poderia ter cometido a traição e tenta demonstrar que os argumentos apresentados pela acusação são carentes de lógica. Em seguida, ataca a figura do acusador, alegando que ele não tem provas para sustentar seus argumentos. Aos juízes, Palamedes apela para que considerem sua honrada vida pregressa no momento de formarem seu julgamento e que ponderem adequadamente sobre o caso.

A revisitação desses textos pelos novos intérpretes da retórica antiga pretende refutar tanto a vinculação imediata de Górgias com o gênero epidítico quanto a compreensão de que ele seria apenas um virtuose, cujos textos não comportariam qualquer teor de natureza reflexiva e estariam restritos à mera diversão. Na impossibilidade de resgatar todo o debate, convoquem-se aqui apenas alguns autores e pontos fundamentais.

Falando sobre o “Elogio de Helena”, Edward Schiappa menciona o problema da identificação direta entre o texto e o gênero epidítico. Como observa, a classificação dos gêneros em deliberativo, judiciário e epidítico é posterior ao momento de atuação de Górgias. Assim, embora se possa considerar uma *performance* do texto como uma *epideixis*, “uma exibição”, e se identifique lexicalmente *epideixis* como *epideitike*, “seria errôneo identificar o “Elogio de Helena” com discurso ‘epidítico’” (SCHIAPPA, 1999, p. 117). O autor entende que Górgias, operando no “estágio pré-analítico” da disciplina estaria inovando ao “apropriar-se de certas formas poéticas e criar textos que incorporam certos objetivos retóricos e formas de composição” que ficaram separadas posteriormente (SCHIAPPA, 1999, p. 119). Robert Wardy também recusa a inserção do discurso naquele gênero. Para ele, o “Elogio de Helena” seria antes um “texto verdadeiramente forense – um discurso de defesa” – por meio do qual se promove uma glorificação do *logos*, não propriamente de Helena.

Esse entendimento da mistura de propósitos e de gêneros pode ser transposta para a “Defesa de Palamedes”. Como o próprio texto se apresenta como uma defesa de um acusado diante de um tribunal a associação imediata com o gênero epidítico parece simplificadora. De fato, Palamedes busca defender-sedas acusações de traição lançadas contra ele por Odiseu. O acusado desmonta as alegações do herói submetendo-as a uma análise lógica, em que procura mostrar ponto a ponto a falta de fundamento da acusação, ao mesmo tempo que procura dissociar-se da imagem de traidor e que apela ao bom senso dos juízes. A falta de referência a circunstâncias práticas não significa que o texto deixe de recorrer às formas do discurso judiciário. Aqui também se manifesta a mistura de formas poéticas e retóricas, dos eventos lendários com os eventos ligados à vida prática, de que fala Schiappa.

Resta falar da questão do virtuosismo de Górgias. A associação do estilo abundante de Górgias com a vacuidade de ideias, em última análise, remete à tradição platônica que vincula *logos* e razão abstrata, em detrimento do conhecimento empírico e do prazer. Entretanto, pelo menos três observações no revisionismo recente colocam em perspectiva essa

posição. Um deles é apresentado por John Poulakos, que estabelece um elo entre a retórica dos sofistas e o ambiente social grego em que os espetáculos tinham grande importância cultural. Nesse sentido, os empréstimos estilísticos tomados aos poetas eram feitos com vistas a garantir a fama e a popularidade para o orador em suas *performances* (Cf. POULAKOS, 1995). De outra parte, Edward Schiappa aponta que a avaliação de que há um excesso de recursos estilísticos na prosa de Górgias deriva de um “gosto erudito” (SCHIAPPA, 1999, p. 103), pautado pela ideia de moderação. De sua perspectiva, a abundância estilística de Górgias seria uma estratégia comum numa sociedade ainda predominantemente oral, em que os autores recorrem a figuras de linguagem para garantir a memorização e facilitar a *performance* do texto. Por fim, Robert Wardy (1998, p. 29), considerando que as peças de tragédia submetiam ao escrutínio e ao debate política de Atenas sem despir-se do prazer, argumenta que seria equivocada acreditar que um discurso como o “Elogio de Helena” não comportasse uma dimensão séria só porque se preocupa em agradar.

Em conjunto, podem-se entender as observações dos três autores como uma denúncia da linha forte da tradição que não acredita ser possível conciliar no *logos* conhecimento e prazer. Com efeito foi uma preocupação dos estudiosos no final do século XX mostrar que existiu outra forma de entender o *logos*, antes da fixação de sentido imposta por Platão e Aristóteles. No “Elogio de Helena”, a palavra aparece investida de outros sentidos e comporta ideias não aproveitadas por aqueles filósofos. No entanto, é impossível abrigar aqui essa discussão. Este trabalho pretendeu apenas sistematizar um pouco o debate sobre a retórica instaurado a partir da década de 1980, apresentando um esboço dos momentos iniciais história da disciplina e das questões recentes que se colocam sobre ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTOTE. *Rhétorique*. Tome II. Paris: Les Belles Lettres, 1960.
- ARISTOTLE. *On sophistical refutations. On coming-to-be and passing-away. On the cosmos*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1955.
- BLASS, Friedrich. *Die attische Beredsamkeit*. Leipzig: Teubner, 1868.
- COLE, Thomas. *The origins of rhetoric in Ancient Greece*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1991.

_____. Who was Corax? *Illinois classicalstudies*. Vol. 16, n. 1, p. 65-84, 1991.

DIODORE DE SICILE. *Bibliothèque historique*. Tome IV. Livre XI. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

DIOGENES LAERTIUS. *Lives of eminent philosophers*. Vol. II. Book 6-10. New York: G.P. Putnam's Sons, 925.

ENOS, Richard Leo. *Greek rhetoric before Aristotle*. Illinois: Waveland Press, 1993.

GAGARIN, Michael. Background and origins: oratory and rhetoric before the sophists. In: WORTHINGTON, I. *A companion to Greek rhetoric*. Oxford: Blackweel Publishing, 2007.

GROTE, George. *A history of Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 [1850], v. 8.

HOMÈRE. *Iliade*. Tome 1 – chants I – VI. Paris: Les Belles Lettres, 1961. (Vol. 1)

_____. *Iliade*. Tome II – chants VII – XII. Paris: Les Belles Lettres, 1965. (Vol. 2)

_____. *Odyssée*. Tome I – chants I -VII. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

KENNEDY, George Alexander. *Classical rhetoric and its christian and secular tradition from ancient times to modern times*. 2nd ed. rev. and enl Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1999.

NAVARRÉ, Octave. *Essai sur la rhétorique grecque avant Aristote*. Paris: Hachette, 1900.

NORDEN, Eduard. *Die antike Kunstprosa: vom VI. Jahrhundert v. Chr. bis in die Zeit der Renaissance*. Band I. Stuttgart; Leipzig: Teubner, 1995 [1915].

PLATÃO. *Fedro*. 3. ed. Belém: EdUFPA, 2011.

_____. *Górgias*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

POULAKOS, John. Hegel's reception of the sophists. *Western journal of speech communication*, v. 54, n. 2, p. 160-71, 1990.

_____. Rhetoric, the sophists, and the possible. *Communication monographs*, v. 51, n. 3, p. 215-26, 1984.

_____. *Sophistical rhetoric in classical Greece*. Columbia, SC: University of South Carolina Press, 2008.

_____. Toward a sophistic definition of rhetoric. *Philosophy & rhetoric*, v. 16, n. 1, p. 35-48, 1983.

ROBERTSON, John Charles. *The gorgianic figures in early Greek prose*. Baltimore: Friedwald, 1893.

SCHIAPPA, Edward. Did Plato coin rhetorikê. *The American journal of philology*. Baltimore: John Kipkins University Press, 1990.

_____. Sophistic rhetoric: oasis or miragem? *Rhetoric review*, v. 10, n. 1, p. 5-18, 1991.

_____. *The beginnings of rhetorical theory in classical Greece*. New Haven: Yale University Press, 1999.

_____. Twenty-five years after “Did Plato coin rhêtorikê?”: an episodic memoir. *Rhetoric review*, v. 35, n. 1, p. 1-9, 2016.

UNTERSTEINER, Mario. *Sofisti: testimonianze e frammenti*. Fasc. II. Firenze: La Nuova Italia, 1949.

WARDY, Robert. *The birth of rhetoric*. London: Routledge, 1998.